

MPV 719
00048

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:		Proposição: Medida Provisória nº 719, de 2015							
Autor: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA – SD/SE  Nº do Prontuário									
☐ Supressiva [	☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐								
Artigo:	ı	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	Pág.				
A Medida Provisória nº 719 de 2016 passa a vigorar com as seguintes									

A Medida Provisória nº 719, de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° - A Lei n° 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

- Art. 1-A. Nas operações de cartão de crédito em relação às quais venha a ocorrer o desconto previsto no artigo anterior serão observados os seguintes requisitos:
- I o número de pagamentos da dívida não poderá exceder a sessenta parcelas mensais e sucessivas; e
- II o pagamento efetuado mediante consignação deve ser suficiente, no mínimo, para liquidação dos juros remuneratórios e amortização de parte do principal do saldo devedor da fatura;
- III a instituição financeira deverá encaminhar mensalmente ao empregado fatura física ou eletrônica com descrição detalhada das operações realizadas, onde conste o valor de cada operação e estabelecimento onde esta foi efetivada, bem como o número de telefone e o endereço para a solução de dúvidas;
- IV caso o valor consignado junto à remuneração disponível seja insuficiente para quitação do saldo devedor, a fatura a que se refere o inciso anterior deve indicar, com destaque, os meios pelos quais o empregado poderá pagar a diferença; e
- V o empregado poderá, a qualquer tempo, e independentemente de seu adimplemento contratual, solicitar o cancelamento do cartão de crédito podendo

	Congresso	Nacional
--	-----------	----------

APRESENT	AÇÃO DE EM	MENDAS				
Data:				osição: ia nº 719, de	201	5
De		Autor: CIO OLIVEIRA – SD/S	SE		N	º do Prontuário
Supressiva S	Substitutiva 🔲	Modificativa Aditiva		Substitutiva Glo	bal	
Artigo:	Parágrafo:	Inciso:		Alínea:		Pág.
	remu contr	mantidos os des ineração dispon rato firmado entro a Lei, até a integr	ível, e as	observado partes e d	dos o lim	os termos do iite estabelecido
	segu	2º - A Lei nº 8.: intes alterações:	213/ <sup>,</sup>	1991 pass	аа	vigorar com as
	relaç artigo	115-A. Nas ope ão às quais vent o anterior se isitos:	ıa a	ocorrer o c	desc	
		o número de pa der a sessenta p	_			•
	ser : remu	o pagamento efe suficiente, no m uneratórios e am o devedor da fatu	ínim ortiz	o, para li	quid	ação dos juros
	mens com onde estat	pelecimento onde ero de telefone	orega hada valo e es	ado fatura a das ope r de ca ta foi efeti	físio eraç ada ivad	ca ou eletrônica ões realizadas, operação e a, bem como o
	dispo deve indic	caso o valor o onível seja insu dor, a fatura a q ar, com desta regado poderá pa	ficie ue s que,	nte para e refere o os meio	quit incis os	ação do saldo so anterior deve

Congresso Naciona
-------------------

APRESE	NTAÇÃO DE E	EMENDAS				
Data:		Medida Pr	Proposiç ovisória n	ão: º 719, de 20	)15	
	Deputado LAÉ	/SE		Nº do Pro	ntuário	
Supressiva	] Substitutiva	Modificativa Aditiv	a 🗌 Sub	ostitutiva Global		
Artigo:	Parágrafo:	Inciso:		Alínea:	F	Pág.
	soli ser rem con nes  Art. seg  Art. rela arti	ependentemente citar o cancelam mantidos os d nuneração disportrato firmado en ta Lei, até a interações uintes alterações 45-A. Nas opação às quais vei	de seu lento do lescontos lescontos liquid l	adimpler cartão de consigna bservados irtes e o lidação do servados do servados do servados de cartão orrer o des	mento co e crédito p ados junto s os terr mite estal saldo deve a vigorar  o de cré sconto pre	ntratual, podendo à sua mos do belecido edor".
		o número de <sub>l</sub> eder a sessenta	-			•
	ser rem	o pagamento ef suficiente, no nuneratórios e a do devedor da fa	mínimo, mortizaçã	para liqui	idação do	os juros
	mei con ond esta nún	- a instituiçã nsalmente ao er n descrição det le conste o abelecimento on nero de telefone idas;	npregado alhada o valor de esta	fatura fís das opera de cada foi efetiva	sica ou el ações rea a opera ıda, bem	etrônica alizadas, ição e como o
	IV	- caso o valor	consign	ado junto	à remu	neração



## **APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data: Proposição: Medida Provisória nº 719, de							)15	
Autor:  Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA – SD/SE  Nº do Prontuári								
☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa █ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐								
Artigo:	Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:							Pág.
	disponível seja insuficiente para quitação do saldo devedor, a fatura a que se refere o inciso anterior deve indicar, com destaque, os meios pelos quais o empregado poderá pagar a diferença; e							
V - o empregado poderá, a qualquer tempo, e independentemente de seu adimplemento contratual solicitar o cancelamento do cartão de crédito podendo ser mantidos os descontos consignados junto à sua remuneração disponível, observados os termos do contrato firmado entre as partes e o limite estabelecido nesta Lei, até a integral liquidação do saldo devedor.							nto contratual, édito podendo s junto à sua es termos do e estabelecido	
			JUST	TFICAÇ.	ÃC			

É inegável a importância do crédito consignado como um dos principais instrumentos do crescimento recente da oferta de crédito para pessoas físicas que, em função do seu custo menor para o tomador, permitiu maior acesso da população ao crédito.

Porém, com a finalidade de estimular o aumento do acesso à modalidade de crédito mais barato, propõem-se ajustes a Lei 10.820/2003 com o de intuito estabelecer melhorias operacionais ao funcionamento do sistema como um todo, bem como medidas que poderão conferir maior possibilidade de recuperação do crédito concedido pelas instituições financeiras quando da rescisão ou extinção do contrato de trabalho, permitindo que essas possam injetar mais recursos na economia popular.

A própria experiência recente do cartão de crédito consignado, já disponibilizado no mercado brasileiro especialmente para beneficiários do



APRESEN	NTAÇ	ÃO DE EN	//ENDAS						
Data: Proposição: Medida Provisória nº 719, de 2015									
Autor:  Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA – SD/SE  Nº do Prontuár						do Prontuári	0		
☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐									
Artigo:	F	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:				Pág.	
INSS e para alguns órgãos públicos, demonstra que a forma de funcionamento do produto pode gerar dúvidas ao consumidor.									
Dessa forma, faz-se necessário o estabelecimento de regras mínimas para evitar o uso inadequado do instituto pelas instituições financeiras. Para tanto, além do estabelecimento de demais regras operacionais mínimas para compatibilizar a atuação do mercado, fazem-se fundamentais dispositivos legais que expressamente prevejam que o pagamento efetuado mediante consignação seja suficiente, no mínimo, para liquidação dos juros remuneratórios e amortização de parte do principal do saldo devedor da dívida, bem como vedem a concessão de limites de crédito ilimitados, evitando, assim, que a dívida dos consumidores seja perpetuada, evitando, por conseguinte, o seu superendividamento.  Assinatura:									